

Mato Grosso apoiará em parte o "Emendão"

Marcos Lemos
enviado especial

BRASÍLIA - O governador Jaime Campos vai apoiar em parte o projeto de reforma constitucional - o chamado "Emendão" - proposto pelo presidente Fernando Collor de Mello. O governador de Mato Grosso fez questão de afirmar que "uma coisa é se propor a reforma constitucional, como pretende o Governo Federal, e outra coisa é a renegociação da dívida dos Estados". Para ele, é preciso concordar com alguns pontos da proposta, mas foi taxativo ao ressaltar que "outros pontos devem ser rejeitados". Jaime Campos participou ontem da reunião dos 27 governadores de Estado, realizada na residência oficial do Governo do Distrito Federal, na Granja Aguas Claras e foi o nono a falar.

A reunião começou às 11 horas e terminou às 19 - horário de Brasília, com apenas uma hora e meia de intervalo para o almoço. O encontro basicamente se destinava a discutir o "Emendão", mas terminou surgindo várias propostas, entre elas, a discussão por parte de cada um dos governadores das respectivas necessidades e também o entendimento nacional, através da pauta proposta pelo governador de Pernambuco, Joaquim Francisco Cavalcanti. Todos os governadores expuseram seus pontos de vista, dentro da temática livre.

Na sua vez, Jaime Campos destacou dois pontos: primeiro que o Governo Federal não pode, de maneira alguma, deixar de investir, principalmente no caso de Mato Grosso, nos Estados em pleno desenvolvimento e dependentes de investimentos federais; e, segundo, que a renegociação das dívidas dos Estados não pode ser, sob qualquer hipótese, atrelada à reforma constitucional proposta pelo Governo Federal através do "Emendão". Em outras palavras, Jaime Campos quer que haja distinção entre os dois fatos, renunciando, sobretudo, a pressão de Collor.

Durante sua explanação, o governador de Mato Grosso criticou a proposta de eliminar o ensino público e gratuito nas universidades federais. Segundo ele, "o



Jaime Campos, governador de Mato Grosso: renegociação das dívidas e emendas constitucionais separadas

Governo Federal jamais poderia deixar de garantir o acesso das camadas mais necessitadas ao ensino superior". Pelo contrário. Para Jaime Campos, "o Governo Federal deveria ampliar o número de vagas". O governador observou que hoje "apenas 1 por cento da população estudantil tem acesso às universidades".

Para os seus 26 colegas, Jaime Campos defendeu a necessidade de que Estados como Mato Grosso recebam um tratamento diferenciado por parte do Governo Federal. Ele lembrou, por exemplo, que o Estado tem hoje um déficit de 1.500 salas de aula. Observou ainda que nos últimos anos contribuiu de maneira efetiva para aliviar a situação de tensão social de muitos Estados, como o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina diante do aspecto do fluxo migratório. Falou também do caos energético do Estado ao ressaltar que Mato Grosso gera apenas 10 por cento do que consome. "E nos últimos 10 anos - acentuou - o Estado cresceu de 12 a 13 por cento ao ano".

Secretários definirão propostas

Os secretários estaduais da Fazenda, Planejamento e da Justiça, se reúnem nos próximos dias 02 e 03 de setembro em Brasília para definir propostas concretas e que atendam a todos os Estados por igual. A proposta será levada ao presidente da República e ao Congresso Nacional e fará um relato completo da atual situação vivida pelas unidades federadas. A intenção, segundo os governadores, é evitar erros na negociação das dívidas e nas mudanças constitucionais que serão propostas, já que poucas vezes existiu uma oportunidade dos Estados encontrarem uma solução para aquele que é considerado o maior problema de todos, os pagamentos das dívidas que mensalmente vem deixando os cofres públicos estaduais vazios.

Partindo da decisão formulada pelos secretários da área econô-

mica em suas conclusões técnicas e de um processo de interação com os respectivos partidos, bancadas e a sociedade civil, os governadores se reunirão para apresentação das propostas alternativas e levá-las à iniciativa presidencial. Entendem os governadores que o

presidente da República está proporcionando uma oportunidade impar de se mudar a Constituição que foi considerada idêntica as passadas, ou seja, somente soube estabelecer favores, fazer concessões e definir obrigações para o Estado e para o Serviço Público.

Estados estão adequados

A grande surpresa da reunião envolvendo todos os governadores do País, é que a exceção de Mato Grosso, Acre, Roraima e Amapá, todos os demais já conseguiram adequar seus gastos aos números hoje propostos pelo presidente Collor de Mello. Todos gastam menos de 60 por cento da arrecadação com a folha de pagamento. São Paulo que dispensa hoje 54 por cento do que arrecada com o funcionalismo. "Não há mais como exigir da iniciativa privada que vem cumprindo sua parte" - frisou o governador de Santa Catarina, Wilson Kleibing (PFL). Ele expressou a vontade de todos em novamente ver o setor público

a aplicar recursos em investimentos. Todos são de opinião que a União deve novamente retornar os investimentos públicos p/ que o desenvolvimento volte aos Estados. "Existe hoje um vazio grande entre a União e os Estados" - disse Edmundo Pinto, governador do Acre. Edmundo informou não ter investimentos públicos do Governo Federal há mais de 10 anos. Os governadores demonstraram que se a situação continuar assim e não houver uma renegociação ampla os governos estaduais correm o risco de em 1992/93 não terem recursos nem para pagar salários.

TC fará a fiscalização prévia nas tomadas de preços e concorrências

Até setembro todas as despesas com compras e serviços superiores a Cr\$ 341 milhões 209 mil e de obras e serviços de engenharia acima de Cr\$ 511 milhões 816 mil terão acompanhamento prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Foi o que revelou ontem o presidente do órgão, conselheiro Oscar Ribeiro. Ele explicou que o TC acompanhará todas as tomadas de preços e concorrências públicas que o Executivo, o Legislativo e Judiciário executarem. A única modalidade de gastos que não precisará da presença da comissão do Tribunal de Contas será a carta-convite, cujo limite para compras e serviços é de Cr\$ 510 milhões e para obras e serviços de engenharia Cr\$ 3 milhões 409 mil.

A partir de outubro, os valores serão corrigidos. A tabela é refeita trimestralmente e com base nos valores constantes do Decreto 2.300, de 21 de novembro de 86. "A vantagem disso tudo é que irá facilitar a ação fiscalizadora do Tribunal de Contas" - disse o conselheiro. Ele observou ainda que a comissão a ser designada para acompanhar as tomadas de preços e concorrências públicas do Executivo, Judiciário e Legislativo "poderá agir pedagogicamente, corrigindo na origem possíveis erros administrativos".

Oscar Ribeiro esclareceu ainda que o Tribunal de Contas não vai ingerir no processo licitatório de qualquer um dos poderes. "Seremos apenas um expectador privilegiado". Também não será preciso a comunicação por parte dos órgãos. O Tribunal de Contas tomará conhecimento da ocorrência através da publicação no "Diário Oficial". "No dia e local determinados no edital a comissão de auditores comparecerá ao local. Depois, fará um relatório ao presidente mencionando os acontecimentos" - explicou o presidente do TC.

O que o Tribunal de Contas fará agora, segundo o conselheiro, "é o mesmo que o TCU começou a fazer nas grandes concorrências



Oscar Ribeiro, presidente do Tribunal de Contas: espectador privilegiado

públicas federais". Ele informou que, por enquanto, a ação fiscalizadora se limitará ao âmbito da administração estadual. A partir da estruturação do Tribunal de Contas, com a criação de inspetorias regionalizadas, a exemplo dos grandes Estados, a meta é fazer o acompanhamento das tomadas de preços e concorrências públicas das esferas municipais - prefeituras e câmaras.

O presidente do Tribunal de Contas observou ainda que a decisão de acompanhar previamente as tomadas de preços e concorrências públicas tem "o mesmo espírito" do projeto apresentado na Assembleia Legislativa pelo deputado Hermes de Abreu (PMDB). "A diferença - ele explicou - é que o parlamentar propõe a criação de uma comissão, formada por elementos de outros órgãos" como o Ministério Público e a Auditoria Geral do Estado e abre ainda a outras entidades.

Executivo não tem data para repasse

O Governo do Estado só pretende definir a questão do pagamento dos juros - para os funcionários da administração direta, autárquica e fundacional - no futuro. O governador Jaime Campos já declarou que a questão será estudada posterior aos salários serem colocados em dia - a previsão é de que isso aconteça em maio de setembro, embora setores da Secretaria de Fazenda admitam que seja difícil o cumprimento dessas novas metas. O pagamento dos juros só não acontecerá se o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada no ano passado pelo Governo contra o artigo

147, parágrafos 1º e 2º da Constituição Estadual.

Até agora também o Governo não tem uma previsão para efetuar o repasse dos duodécimos orçamentários dos poderes Judiciário, Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. A Secretaria de Fazenda trabalha com a hipótese de encaminhar os recursos posterior ao dia 26, quando começará a entrar o "grosso" da arrecadação. Caso isso aconteça, o Tribunal de Justiça será o primeiro a receber, vindo em seguida a Assembleia Legislativa depois o Tribunal de Contas e Ministério Público, que recebem praticamente no mesmo dia.

MP busca apoio para assegurar o pagamento em dia e os juros

A presidente da Associação Matogrossense do Ministério Público, Lilia Alves Ferreira, acompanhada dos promotores José Geovaldo da Silva e Antonia Maria da Costa, deu início ontem a busca de respaldo e até apoio direto dos demais poderes para a ação que pretende impetrar contra o Governo do Estado. A ação visa fazer o Executivo cumprir os parágrafos 3º e 4º da Constituição Estadual, que versam sobre data de pagamento e juros em casos de atraso - até agora o Governo repassou aos poderes somente o mês de junho para o pagamento da folha. A presidente da entidade esteve reunida à tarde com o presidente do Tribunal de Contas, Oscar Ribeiro, a quem solicitou informações a respeito do acompanhamento financeiro externo dos gastos do Governo.

Lilia Alves não soube precisar a data e nem o tipo de ação que o Ministério Público, através da associação, impetrará contra o Governo. Adiantou apenas que pretende ingressar com a reclamação "ainda esta semana", e que a definição do modelo de ação está a cargo do procurador de Justiça aposentado Egidio Souza Neves. É possível que a ação seja um mandado de segurança ou mesmo uma ação popular. "Estamos estudando a ação cabível" - disse a presidente da entidade, que visitará hoje o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ninomiya Miguel (PFL) e o 1º secretário da Mesa Diretora, deputado Roberto França (PTB). Amanhã será a vez do Tribunal de Justiça.

Do encontro com o presidente do Tribunal de Contas a presidente da Associação Matogrossense do Ministério Público recebeu a promessa de estudar a questão até amanhã, quarta-feira, quando será dada uma resposta. Também amanhã o Tribunal de Contas, com base no que determina o Artigo 5º, item XXXIII, encaminhará as informações solicitadas. Lilia Alves Ferreira informou que será o produto das informações a serem recebidas do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa que será dada entrada na ação. "Somos fiscais da lei" - afirmou a dirigente. Ela explicou que o movimento da Associação do Ministério Público não limita-se apenas ao repas-

Documento dos governadores

Os governadores de todos os Estados, conscientes de sua co-responsabilidade na condução dos problemas nacionais, reunidos em Brasília no dia 26 de agosto de 1991, levam à consideração da sociedade brasileira e suas instituições:

I. Que reconhecem a oportunidade e a conveniência da iniciativa do senhor presidente da República, Fernando Collor de Mello, de oferecer a consideração do debate público - cujo estuário legítimo e soberano é o Congresso Nacional - uma proposta arrojada de emendas à Constituição e ajustes econômico-financeiros e relativos ao endividamento público, tendentes à superação da grave crise conjuntural e estrutural dos estados e do país;

II. Que, tendo em vista a complexidade da matéria, vêem a possibilidade de a ela se somarem outras sugestões que aflorem do debate convocado pelo senhor presidente da República;

III. Que, por isso, determinam aos secretários da área econômica e jurídica de todos os Estados que realizem estudos técnicos, de maneira e, nos dias 2 e 3 de setembro próximo, reunirem-se em Brasília, na busca de plataforma comum para o encaminhamento dessa questão;

IV. Que, a partir dessas conclusões técnicas e de um processo de interação com os respectivos partidos, bancadas e a sociedade civil, reunir-se-ão os governadores para formular suas propostas - alternativas, se for o caso - à iniciativa presidencial.

Vidal diz que não conhece a medida

O procurador geral de Justiça e chefe do Ministério Público em Mato Grosso, Luis Vidal da Fonseca, disse ontem à tarde que só tomou conhecimento da ação que a Associação Mato-grossense do Ministério Público pretende ingressar contra o Governo para garantir o pagamento dos juros e dos salários em dia conforme determina a Constituição Estadual "pelos jorrais". A presidente da entidade, Lilia Alves Ferreira, todavia, discordou. Ela disse que Luis Vidal da Fonseca participou da reunião que decidiu pela ação. A reunião foi realizada na quarta-feira passada, na sede da entidade. O objetivo da reunião foi traçar normas para que o MP possa identificar suas ações fiscalizadoras.